

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

CERTJUDONE-SJDFRSL - 74852023

Código de validação: 48F17F03C8

Número da guia: 23057301001575741.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio**, a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) até o dia dezesseis (16) do mês de agosto (08) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR**¹ distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **A B XAVIER TREINAMENTOS**, inscrita no **CNPJ** sob nº **11.669.032/0001-09**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Vanessa Cristina Ferreira Sales Coelho**, Assistente de informação, mat. 186890, consultei e digitei. E eu, **Gisele Meireles Mendes**, Secretária Judicial Substituta da Distribuição, mat. 134577, subscrevo e assino digitalmente.

GISELE MEIRELES MENDES
Secretária Judicial Substituta da Distribuição de Entrância Final
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 134577

¹ **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas nos sistemas Themis PG e Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art. 7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link <https://selos.tjma.jus.br>, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 3194-5408 / 5409

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 17/08/2023 11:22 (GISELE MEIRELES MENDES)



CERTJUDONE-SJDFRSL - 74852023 / Código: 48F17F03C8

Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente



COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins, que a empresa A B Xavier Treinamentos (Instituto Certame), CNPJ 11.669.032/0001-09, ministrou o curso de "Curso de Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)", nos dias 13 a 15 de setembro 2021, no IEMA de Açailândia/MA, com carga horária de 24 horas.

40 colaboradores da Prefeitura participaram no evento.

A ementa do curso constitui anexo deste Atestado.

Açailândia/MA, 21 de outubro de 2021.

Simone Pereira Carvalho dos Santos
Presidente da Comissão Central de Licitação
Portaria nº 443/2021- GAB

Prefeitura Municipal de Açailândia

Av. Santa Luzia, s/nº Parque das Nações, CEP 65.930-000 Açailândia, Maranhão, Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pereira Carvalho dos Santos**, Presidente da CCL, em 21/10/2021 14:55:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.acailandia.ma.gov.br/validador>, informando o código verificador:
DOC-986130414338



COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

EMENTA Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Impactos da nova lei sobre as ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

Prefeitura Municipal de Açailândia

Av. Santa Luzia s/nº Parque das Nações CEP 65.930-000 Açailândia - Maranhão - Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pereira Carvalho dos Santos, Presidente da CCL**, em 21/10/2021 14:55:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.acailandia.ma.gov.br/validador>, informando o código verificador:

DOC-986130414338



COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

Módulo IV: Pregão para Registro de Preços

Fundamento legal e regulamentação pelos entes federativos. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal n.º 9.488/2018. Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo V: Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência

Planejamento da contratação. Formalização da demanda. Equipe de planejamento da contratação. Estudo técnico preliminar. Abrangência. Vigência. Segundo a norma, o ETP não é obrigatório quando? Visão geral dos elementos constitutivos do ETP. Qual a melhor forma de elaborar um ETP? Metodologia sugerida: 3 eixos constitutivos. Eixo 1: eixo da necessidade. Eixo 2: eixo das soluções. Eixo 3: eixo da solução. Questões específicas relacionadas ao levantamento de mercado, especificação restritiva, mínimo de 03 anos de serviços executados nos contratos de DEMO, quantidade compatível, parcelamento etc. V: Prática de elaboração de ETP e SistemaETP Digital. Mapa de riscos. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Declaração do Objeto. Fundamentação da contratação. Descrição da solução como um todo. Requisitos da contratação. Modelo de execução do objeto. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento. Forma de seleção do fornecedor. Critérios de seleção do fornecedor. Estimativa de preços e preços referenciais. Adequação orçamentária.

Módulo VI: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazendo pesquisa a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisa de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Preços na pandemia, como pesquisar? Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VII: Dispensa de licitação (art. 75 da Nova Lei de Licitações)

Dispensa em função do valor. Os novos limites da Lei nº 14.133/2021. Níveis de aferição do fracionamento nas dispensas em função do valor. A questão dos serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante. Dispensa nos casos de licitação





COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

deserta ou fracassada. Dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública. Dispensa para aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico.

Módulo VIII: Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Nova Lei de Licitações)

A inviabilidade de competição como pressuposto geral. Hipóteses dos incisos como situações meramente exemplificativas. Contratação de fornecedor e prestador de serviços exclusivo. O problema dos atestados. Abastecimento de água e coleta de esgoto. Compra de livros, revistas e jornais. Serviços técnicos especializados: observância da singularidade do objeto e da notória especialização. O que muda com a nova lei? Contratos de prestação de serviços, avaliação de imóveis, consultoria, assessoria jurídica, serviços contábeis etc. Locação ou compra de imóveis na Nova Lei de Licitações. Contratação de professores, conferencistas ou instrutores, diretamente ou por intermédio de empresas. Profissional artístico consagrado: insubsistência de cartas de exclusividade com especificação de dias e locais específicos. Pertinência da escolha do profissional em relação à natureza e porte do evento e razoabilidade do valor da contratação. Hipóteses de aplicação: contratação dos correios para serviços abrangidos pelo monopólio postal. Inexigibilidade por credenciamento. (Im)possibilidade de contratação de telefonia por inexigibilidade de licitação.

Módulo IX: O procedimento de contratação direta (art. 72 da Nova Lei de Licitações)

Documento de formalização de demanda. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso. Quantidade de serviço a ser contratada. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? Mapa de riscos, Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo. Papel e importância de cada artefato de contratação. Como fazer pesquisa preliminar de preços. O que diz a nova Lei? Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. O parecer jurídico é obrigatório nos processos de contratação direta? Previsão de dotação orçamentária. Exigências de habilitação aplicadas ao processo de contratação direta. Razão da escolha do contratado. Justificativa de preço. Autorização da autoridade competente. Publicidade no processo de contratação direta. O Sítio Eletrônico Oficial.

Módulo X: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança





COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo XI: Alterações contratuais

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

Módulo XII: Sanções administrativas

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Como instruir o processo? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.





SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ
Avenida Miguel Rosa, 3190 Centro/Sul, Térreo - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP 64001-490
Telefone (86)3221-8068 - <http://www.seplan.pi.gov.br>

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 00017.000928/2021-48

Atesto, para os devidos fins, que a empresa A. B. Xavier Treinamentos (Instituto Certame), CNPJ 11.669.032/0001-09, ofereceu satisfatoriamente a este órgão o curso "Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)", com carga-horária de 24 horas, nos dias 15 a 18 de junho de 2021, na modalidade EAD, por meio da Plataforma Zoom.

15 colaboradores deste órgão participaram do evento.

A ementa do curso encontra-se em anexo.

Teresina (PI), 06 de julho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **NUNO KAUÊ DOS SANTOS BERNARDES BEZERRA - Matr.0208911-4, Superintendente**, em 06/07/2021, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1873223** e o código CRC **C60285A5**.

Curso:

Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021.

Com os Professores Dawison Barcelos, Evaldo Ramos e Nilo Cruz.

Curso on-line, ao vivo, por meio da Plataforma Zoom.

Acesso às aulas gravadas até 15 dias após o curso.

24 horas de carga horária.



Apresentação

A Lei nº 14.133/2021, chamada Nova Lei de Licitações e Contratos, substituirá as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011.

Embora, nos dois primeiros anos de sua vigência, sua aplicação seja facultativa por parte dos gestores públicos, o novo texto inevitavelmente se tornará a principal referência normativa em matéria de contratações públicas no Brasil, devendo ser adotado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto na administração pública direta, autárquica e fundacional, como nos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa, bem como nos fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

Trata-se de uma norma ainda mais analítica que a Lei nº 8.666/1993, inclusive maior que esta, com mais artigos e maior nível de detalhamento. A excessiva regulamentação do procedimento licitatório da Nova Lei, que exigirá ainda maior atenção dos agentes de compras, deve-se à incorporação, a seu texto, de muitas diretrizes antes previstas em atos normativos federais secundários, editados e aplicáveis, até então, apenas à União, tais como Decretos, Portarias, Instruções Normativas etc.

Como alguns exemplos de novidades trazidas pela norma, temos a extinção das modalidades Convite, Tomada de Preços e RDC; criação da modalidade Diálogo Competitivo, a possibilidade de realizar Concorrência para obras no formato eletrônico e com fase de lances; prevalência do Pregão Eletrônico para qualquer objeto enquadrado como bem ou serviço comum; validade da Ata de Registro de Preços pelo prazo de até dois anos; possibilidade de uso do SRP para obras, e também nas dispensas e inexigibilidades; criação do Portal Nacional de Compras Públicas; previsão de contrato de fornecimento e serviços contínuos por até 10 anos de vigência, dentre outras.

Isto posto, o objetivo deste curso é apresentar aos participantes as principais novidades trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos, com foco especial na condução de procedimentos licitatórios nas modalidades Pregão e Concorrência.

Datas e horários

15 a 18 de junho de 2021.

Das 08:30h às 11:30h. Das 14:00h às 17:00h.

Carga horária

24 horas.

Local de realização

O curso será ministrado ao vivo, a distância, por meio da plataforma Zoom (<https://zoom.us/jt-pt-pt/meetings.html>).

Recomendações

O interessado NÃO precisa ser registrado na plataforma Zoom para participar do treinamento.

O aluno com inscrição confirmada receberá, até o dia anterior ao do curso, link pessoal e intransferível para acesso ao treinamento.

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos aos alunos que disponham das seguintes especificações técnicas mínimas, para acesso via computador: Processador i3 3Ghz Dual Core 4Gb RAM; Internet de 5Mbps (de preferência por cabo); utilizar preferencialmente o Google Chrome. Banda ideal: Inbound participante, 3 Mbps.

IMPORTANTE: Se as especificações acima não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá restar prejudicada.

Ementa

Módulo I: Entendendo a Nova Lei de Licitações

Contexto de surgimento da Nova Lei. Vigência da Nova Lei. Período de transição e utilização facultativa. Prazo limite para adoção da Nova Lei. O que acontece com os contratos celebrados nos dois primeiros anos de vigência da Nova Lei? Considerações gerais e comparação sucinta com as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011. Âmbito de aplicação. Edição de atos normativos para regulamentação da Nova Lei. Possibilidade de entes subnacionais utilizarem a regulamentação federal. É possível aplicar a nova lei desde já? As previsões de normatização via regulamento. O Portal Nacional de Contratação Pública

Módulo II: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Modalidades de licitação e critérios de escolha. Escolhendo a modalidade adequada. Formalização dos processos licitatórios em geral. Artefatos de planejamento da contratação: visão geral. Documento de formalização/oficialização da demanda. Estudos técnicos preliminares (ETP). Gerenciamento de riscos (GR). Pesquisa Preliminar de Preços. Termo de referência (TR). Questões sensíveis relacionadas à elaboração do ETP. Afinal, o órgão deve ou não comprar o melhor produto das galáxias? A questão do ETP nos convênios celebrados com a União. ETP para transporte: cuidados fundamentais. Prática de elaboração de ETP. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Existência de dotação orçamentária suficiente. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Sistema de Registro de Preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Habilitação Jurídica. Qualificação Econômico-Financeira. Qualificação Técnica. Documentos que nunca podem ser dispensados. Novos documentos exigidos na Lei nº 14.133/2021. Declaração de faturamento do licitante ME/EPP. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Novidade na definição do objeto. A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. Exigência de mão-de-obra formada por mulheres vítimas de violência doméstica, ou empregados oriundos ou egressos do sistema prisional. Possibilidade de exigência certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006): prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Pregão eletrônico x Pregão Presencial x Concorrência: ainda existem diferenças essenciais no procedimento? Entendendo o Pregão e a Concorrência. Múltiplas configurações e modos de disputa aberto, fechado, e combinados. Conceito de bens e serviços comuns e especiais. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro, equipe de apoio e agentes de compras: atribuições e

responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão e Concorrência: fase externa.

Módulo IV: Mudanças essenciais nas contratações diretas e nos contratos administrativos.

Licitação dispensada, dispensável e inexigível. Formalização do processo de contratação direta.

Módulo V: Mudanças essenciais nos contratos administrativos.

Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Casos de substituição do contrato pela nota de empenho. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Cláusulas comuns ao termo de referência, ao edital e ao contrato. Convocação de licitante remanescente na Nova Lei de Licitações. Eficácia do contrato: marco de início. Vigência do contrato e garantia do produto, serviço ou obras. Garantia contratual: caução, seguro-garantia ou fiança bancária. Hipóteses de utilização da garantia contratual. Garantia e ordem de preferência na aplicação de multas. Momentos de exigência e de devolução da garantia. Execução do contrato: regimes de execução. Subcontratação permitida. Vedação da subcontratação total e da parcela principal do objeto. Documentos a exigir da subcontratada.

Módulo VI: Alterações contratuais

Casos de modificação contratual via aditamento e via apostila. Diferença entre correção monetária e compensação financeira. Reajuste de preços: previsão editalícia, adoção de índice pertinente, marco inicial de contagem e concessão automática (de ofício). Reajuste nos contratos de obras. Reajuste-repactuação: serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Como repactuar serviços e insumos no mesmo contrato? Repactuação e preclusão lógica. Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento, ou revisão: álea extraordinária. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe, aumento de tributos. Variação no preço dos produtos do contrato. Participação nos lucros. Prorrogação de prazo: necessidade de previsão no edital ou contrato. Comprovação da vantagem na prorrogação e a especificidade dos serviços contínuos. Vedações de prorrogação de prazo. Prorrogação e contratação direta.

Módulo VII: Sanções administrativas

Sanções administrativas na Nova Lei de Licitações: advertência, multa, impedimento e declaração de inidoneidade. Quem determina a abertura do processo de apenação? Quem é a autoridade responsável por aplicar tais sanções? Necessidade de defesa prévia e cuidados na notificação. Integração da NLL com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e fraudes nos contratos: processo administrativo com singularidades.

Certificados

– Licitações e contratos conforme a Lei nº 14.133/2021. (24 horas).

Além da carga horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.

Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença, e enviados por e-mail em até 48 horas após a realização do treinamento.

Público alvo

- Pregoeiros e membros da equipe de apoio.
- Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.
- Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle.
- Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público.
- Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos.
- Estudantes universitários de Administração, Contabilidade, Direito e Economia, dentre outros.
- Dirigentes de pequenas, médias e grandes empresas com interesse em participar de licitações públicas.
- Profissionais da área de Administração Pública, Gestores, Contadores, Assessores Jurídicos, Engenheiros etc.

Este curso é prioritariamente voltado para quem trabalha ou deseja trabalhar em órgãos públicos ou entidades da administração pública. Conteúdo aplicável a órgãos municipais, estaduais e federais.

Instrutores



– Prof. Esp. Dawison Barcelos:

Criador do portal “O Licitante”, onde publica periodicamente trabalhos relacionados a licitações e contratos administrativos.

Atuou como pregoeiro do Tribunal de Contas da União por vários anos, e atualmente integra a Consultoria Jurídica do órgão.

É advogado e consultor em licitações e contratos administrativos.

Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública e da “Red Iberoamericana de Contratación Pública”.

Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa, em Portugal. Especialista em Direito Público e em Contratos Administrativos pela Universidade de Coimbra. Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública.

Docente na Pós-Graduação em Licitações e Contratos das Faculdades CERS, e do MBA da Faculdade Baiana de Direito.

Instrutor e palestrante em temas relacionados às contratações públicas.

Autor e coautor de artigos e livros como “Estatuto Jurídico das Estatais” (Ed. Fórum) e “Coleção Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Administrativo” (Ed. Revista dos Tribunais).



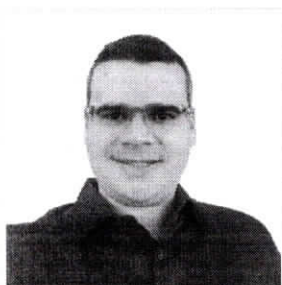
– Prof. Esp. Evaldo Ramos:

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Brasília, onde já atuou como Diretor de Licitações, pregoeiro, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação.

Pós-graduado em Licitações e Contratos, bacharel em Direito e Administração de Empresas.

Colaborador do Instituto Serzedello Corrêa, unidade do TCU responsável pelas ações de capacitação do órgão, e também da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), onde ministra o curso de Fundamentos de Pregão Eletrônico. Já ministrou diversos cursos de formação e capacitação de pregoeiros pelo Brasil.

Atuou como Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, na área de Correição.



– Prof. Msc. Nilo Cruz Neto:

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNAI/CFC). Administrador, Contador e Economista.

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (*Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy*). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA.

Concluiu o curso de formação executiva sobre “Melhores práticas em contratação pública” na Universidade de Roma II (*Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, Itália), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à *Autorità Nazionale Anticorruzione* daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério da Economia (ENAP/ME).

É professor da ENAP. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM).

Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro Contabilidade Avançada (ISBN nº 9788590657903).

Responsável pelo sítio www.lrf.com.br. É membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT – Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

Investimento

A cada 04 inscrições do mesmo órgão, empresa ou grupo, será oferecida uma vaga extra de cortesia.

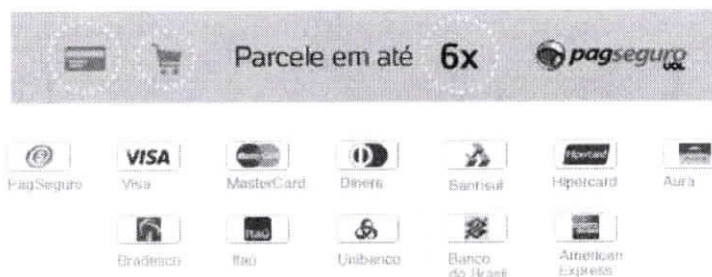
O Investimento inclui:

- acesso à plataforma Zoom para participação no evento, ao vivo;
- material de apoio ao aluno, a ser disponibilizado pelo professor até o dia anterior ao do curso;
- acesso às aulas gravadas, através de link a ser disponibilizado, durante 15 dias após o curso;
- certificado.

Formas de pagamento

Mediante transferência bancária ou depósito na Conta Corrente 18.460-8, Agência 4.323-0, do Banco do Brasil, ou com o PIX 11.669.032/0001-09, com envio do comprovante para o fax (98) 3227-3075 ou para o e-mail pagamento@institutocertame.com.br. Favorecido: A B XAVIER TREINAMENTOS. CNPJ 11.669.032/0001-09.

Utilizando o seu Cartão de Crédito, através do PagSeguro, num processo rápido que não exige cadastro. Você poderá utilizar uma das opções abaixo, e ainda parcelar a sua inscrição em até 18x (até 6x sem juros):



Para efetuar a pré-inscrição, favor preencher o formulário ao final desta página e clicar em "Enviar". Em seguida, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento. Para pagar com cartão de crédito pelo PagSeguro, basta, após o preenchimento do formulário, clicar no botão "Pagar com PagSeguro" e outra janela será aberta para iniciar a operação. Assim que o pagamento for autorizado, será encaminhado um e-mail do PagSeguro confirmando a transação, e um e-mail do Instituto Certame confirmando a sua inscrição.

Observação 1:

A única forma disponível de pagamento parcelado é via PagSeguro, com cartão de crédito.

Observação 2:

Antes de emitir o empenho ou efetuar o pagamento, órgãos públicos devem informar, através do e-mail pagamento@institutocertame.com.br, a quantidade de inscrições e os dados do órgão (razão social, CNPJ, endereço com CEP, telefone e e-mail).

Justificativa da contratação para órgãos públicos

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base no permissivo do art. 24, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 17.600), e (ou) no disposto no art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), ambos da Lei nº 8.666/1993:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos. (Orientação Normativa AGU nº 18)

(Minuta de Parecer Jurídico) Poderá ser adaptada de acordo com o órgão público contratante.

(Certidões Negativas e Documentos para a emissão da Nota de Empenho)

9 motivos para você fazer este curso!

Curso único no mercado.

Atualize-se! A Nova Lei de Licitações e Contratos já é uma realidade e quem não souber disputar licitações nessa modalidade vai ficar para trás.

Três super-professores, todos servidores de órgãos de controle, com sólida formação acadêmica, experiência prática e excelente didática.

A melhor relação custo-benefício do mercado, considerando a carga horária do curso, valor de inscrição, facilidade de pagamento e certificados emitidos.

Garanta um emprego! Só nas prefeituras do Brasil, são pelo menos 5.563 vagas para pregoeiros e 16.689 vagas para membros de CPL, além das vagas das câmaras municipais, e dos órgãos estaduais e federais.

Muitas empresas desejam firmar contratos com o setor público, mas deixam de fazê-lo por absoluta falta de conhecimento. Algumas sequer participam de licitações; outras não vencem a disputa porque desconhecem o procedimento. Acabam, com isso, perdendo uma excelente oportunidade de ampliar seus mercados e maximizar seus lucros. Aprenda Licitações e forneça para o Governo!

Curso prático, com exemplos do cotidiano.

Grande parte das ações de improbidade administrativa e das irregularidades detectadas pelos Tribunais de Contas decorrem de problemas em processos licitatórios ou nas contratações feitas, responsabilizando os membros da comissão de licitação, ou o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, além do gestor máximo do órgão (prefeito, por exemplo). Evite que isso ocorra com você!

Identifique problemas em processos licitatórios: no decorrer do curso você aprenderá a identificar falhas formais, procedimentos vedados, cláusulas restritivas ao caráter competitivo, conluio entre empresas, sobrepreço no valor do contrato, dentre outras irregularidades.

O que se fala por aí...

Observações complementares

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

Cancelamentos e substituições

A substituição do inscrito deverá ser preferencialmente comunicada até o segundo dia que antecede ao evento.

Não haverá restituição ao interessado que não cancelar previamente sua participação e não comparecer ao curso, sendo devido ao Instituto Certame o valor integral da inscrição paga.

Em caso de cancelamento por parte do interessado cuja inscrição já tenha sido paga, se a comunicação de desistência ocorrer dentro de 5 dias antes do curso, será feita a devolução imediata de 80% do valor pago, sendo 20% devido ao Instituto Certame a título de ressarcimento por despesas administrativas e operacionais geradas pelo interessado.

O cancelamento da inscrição deve ser feito preferencialmente até o 6º dia que antecede ao início do curso, caso em que haverá imediata e integral devolução do valor da inscrição paga.

No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto Certame, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita imediata e integralmente. Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto Certame reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.

Informações e dúvidas

contato@institutocertame.com.br

Fone: (98) 4141-3077

Celular: (98) 98893-3075

Fax: (98) 3227-3075

Inscreva-se agora (Vagas limitadas!)

Preencha o formulário e clique em enviar. Após o envio, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento, inclusive o botão do PagSeguro, caso queira pagar com Cartão de Crédito.

Não fazemos reserva de vagas e as inscrições são confirmadas na ordem cronológica dos pagamentos efetuados. Garanta a sua vaga!



Nilo Cruz Neto

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4036724810566671>

ID Lattes: **4036724810566671**

Última atualização do currículo em 09/03/2021

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNAI/CFC). Administrador, Contador e Economista. Concluiu o curso de formação executiva sobre 'Melhores práticas em contratação pública' na Universidade de Roma II, na Itália (Università degli Studi di Roma 'Tor Vergata'), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à Autorità Nazionale Anticorruzione daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, do Ministério da Economia), onde também atua como professor. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM). Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro Contabilidade Avançada (ISBN nº 9788590657903). Responsável pelo site www.lrf.com.br. É membro do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Nilo Cruz Neto 
Nome em citações bibliográficas	CRUZ NETO, Nilo
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/4036724810566671

Endereço

Endereço Profissional	Controladoria-Geral da União. Av. dos Holandeses, Lote 08, Qd. 35 Calhau 65071-380 - São Luís, MA - Brasil URL da Homepage: www.cgu.gov.br
-----------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2016	Doutorado em andamento em Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal. Título: Formulação da política de estímulo às micro e pequenas empresas nas contratações públicas no Brasil, Orientador: Prof. Helge Jörgens, PhD (ISCTE-IUL e Univ. Livre de Berlim). Coorientador: Profa. Dra. Suydan de Almeida Midlej e Silva (UnB). Palavras-chave: Políticas Públicas; Contratos Públicos. Grande área: Ciências Humanas Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração
------	---

2007 - 2009

Pública.

Mestrado em Políticas Públicas (Conceito CAPES 6).

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Título: Orçamento Participativo: o processo de implementação em São Luís, Ano de Obtenção: 2009.

Orientador: Prof.ª. Dra. Maria Virgínia Moreira Guilhon.

Palavras-chave: Orçamento Participativo; Orçamento Público; Controle Social; Democracia; Participação.

Grande área: Ciências Humanas

Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

2016 - 2017

Especialização em Políticas Públicas (Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy). (Carga Horária: 1500h).

Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal.

Título: Não se aplica.

2014 - 2016

Especialização em Auditoria e Perícia Contábil. (Carga Horária: 360h).

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Título: Principais critérios de amostragem em auditorias feitas por órgãos de controle no Estado do Maranhão.

Orientador: Profa. Dra. Darliane Ribeiro Cunha.

2014 - 2016

Especialização em Dir. Constitucional, Administrativo e Tributário. (Carga Horária: 360h). Universidade Estácio de Sá, UNESA, Brasil.

Título: O fenômeno das normas estaduais e municipais de licitações e contratos face à competência privativa da União para legislar sobre a matéria.

Orientador: Profa. Msc. Christiane Schneiski.

2016 - 2020

Graduação em Ciências Econômicas.

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil.

Título: A contribuição teórica de Varieties of Capitalism e sua aplicação à realidade brasileira: limites e possibilidades.

Orientador: Prof. Msc. Valdécio Silvério Bezerra.

1999 - 2006

Graduação em Administração.

Faculdade Estácio de São Luís, ESTÁCIO SÃO LUÍS, Brasil.

Título: Fiscalização - por Sorteios Públicos - de recursos federais aplicados em âmbito municipal: diagnóstico e sugestões à Controladoria-Geral da União com vistas à melhoria na implementação do programa.

Orientador: Prof. Esp. Paulo Roberto de Araújo Ramos.

1998 - 2002

Graduação em Ciências Contábeis.

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Título: Contribuição ao estudo da Demonstração do Valor Adicionado - DVA: O cálculo da riqueza agregada pela entidade.

Orientador: Prof. Esp. Antônio Joaquim Sousa Guimarães.

Formação Complementar

2021 - 2021

Elaboração e análise da Planilha de Custos e Formação de Preços. (Carga horária: 20h). Instituto Nacional de Gestão Pública, INGEPE, Brasil.

2021 - 2021

Planilha de Custos, Revisão, Reajuste e Repactuação de Contratos Admin.. (Carga horária: 18h).

Inove Soluções em Capacitação, INOVE, Brasil.

2021 - 2021

Como Elaborar e Analisar a Planilha de Custos e Formação de Preços. (Carga horária: 30h).

One Cursos - Treinamento e Desenvolvimento, ONE CURSOS, Brasil.

2021 - 2021

Capacitação e Treinamento em Pregão Eletrônico BBMNET Licitações. (Carga horária: 5h). Bolsa Brasileira de Mercadorias, BBM-NET, Brasil.

2020 - 2020

Processo de Auditoria no Sistema e-Aud. (Carga horária: 16h).

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

2020 - 2020

Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços da IN 05/2017. (Carga horária: 15h).

ZENITE - INFORMAÇÃO E CONS. EM ADM. PUBL, ZICAP_FORN, Brasil.

2020 - 2020

Gerenciamento Integrado de Risco e Capital. (Carga horária: 20h).

FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.

2020 - 2020

Planejamento financeiro. (Carga horária: 10h).

FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.

2020 - 2020

Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório financeiro. (Carga horária: 10h).

FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil.

2019 - 2020

11 Ciclo Internacional de Desenv. de Exec. da APF - Univ Roma Tor Vergata. (Carga horária: 90h).

2019 - 2019	Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil. Melhores práticas em contratação pública. (Carga horária: 30h).
2019 - 2019	Università degli Studi di Roma Tor Vergata, UNIROMA, Itália. Consolidação das demonstrações contábeis (CPC15, CPC18 e ICPC09). (Carga horária: 10h).
2019 - 2019	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. Elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro. (Carga horária: 10h).
2019 - 2019	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. Contabilização de contratos de concessão. (Carga horária: 16h).
2018 - 2018	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. Curso básico de Compliance e Antissuborno. (Carga horária: 12h).
2018 - 2018	Instituto Brasileiro de Compliance, IBC, Brasil. Gestão de Riscos no Setor Público. (Carga horária: 20h).
2018 - 2018	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil. Compliance e controles internos. (Carga horária: 10h).
2018 - 2018	Saint Paul Educacional Ltda, SAINT PAUL, Brasil. ISO 31000 - Gestão de Riscos. (Carga horária: 16h).
2018 - 2018	Com.Êxito Educacional Ltda, COMÊXITO, Brasil. Tratamento de Riscos: APR/APP, What if, AAF, HAZOP e FMEA. (Carga horária: 8h).
2018 - 2018	Com.Êxito Educacional Ltda, COMÊXITO, Brasil. ISO 37001/2017 - Sistema de Gestão Antissuborno. (Carga horária: 16h).
2018 - 2018	QMS Certification Services, QMS, Brasil. Gestão de Risco e Compliance nas Contratações Públicas. (Carga horária: 9h).
2018 - 2018	Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, EGP TCE-PR, Brasil. Formação em Compliance Officer. (Carga horária: 40h).
2018 - 2018	Brasil Jurídico Cursos Ltda, COMPLIANCE-NET, Brasil. Data Warehouse de Compras Governamentais. (Carga horária: 16h).
2018 - 2018	Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil. Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. (Carga horária: 2h).
2018 - 2018	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. Retenção de impostos na fonte. (Carga horária: 10h).
2018 - 2018	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. Elaboração e Análise da Planilha de Custos e Formação de Preços. (Carga horária: 24h).
2018 - 2018	ESAF - Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF, Brasil. Impairment: teste de recuperabilidade de ativos. (Carga horária: 10h).
2018 - 2018	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. Investimentos Societários: aquisição de empresas, consolidação e MEP. (Carga horária: 20h).
2017 - 2017	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. E-Procurement Learning. (Carga horária: 30h).
2017 - 2017	World Bank Group (Banco Mundial), BIRD, Estados Unidos. Introdução aos pronunciamentos contábeis do CPC. (Carga horária: 20h).
2017 - 2017	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. Tributos sobre o Lucro - Tratamento Societário e Tributário. (Carga horária: 20h).
2017 - 2017	FBM Educação, FBM EDUCAÇÃO, Brasil. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 40h).
2017 - 2017	Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil. Diálogo Público: Governança e Gestão das Aquisições. (Carga horária: 6h).
2017 - 2017	Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil. Certificate Program in Contract Management. (Carga horária: 30h).
2017 - 2017	World Bank Group (Banco Mundial), BIRD, Estados Unidos. Workshop: Obtaining Value in Public Procurement. (Carga horária: 24h).
2017 - 2017	U.S. Trade and Development Agency, George Washington University e ENAP, USTDA GWU ENAP, Brasil. Certificate Program in Public Procurement. (Carga horária: 30h).
2016 - 2016	World Bank Group (Banco Mundial), BIRD, Estados Unidos. Formação de instrutores da ENAP. (Carga horária: 35h).
2016 - 2016	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil. Formação de Pregoeiros. (Carga horária: 20h).
2015 - 2016	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil. Fiscal de Contratos. (Carga horária: 40h).
2015 - 2015	Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil. Responsabilização nos Tribunais de Contas. (Carga horária: 16h).
2015 - 2015	Aprimora Treinamentos, APRIMORA, Brasil. Direito Administrativo. (Carga horária: 60h).
2015 - 2015	Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil. SACOP Acompanhamento de Contratações Públicas. (Carga horária: 4h).
2015 - 2015	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, TCE-MA, Brasil. Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios. (Carga horária: 45h).
2015 - 2015	Secretaria de Orçamento Federal, Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão, SOF/MPOG, Brasil.

	Controles na Administração Pública. (Carga horária: 30h).
2015 - 2015	Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.
	Controle Interno, Compliance e Lei Sarbanes-Oxley. (Carga horária: 8h).
2015 - 2015	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, IBRACON, Brasil.
	Planejamento Gov. e Gestão Orç. e Financeira. (Carga horária: 30h).
2015 - 2015	Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.
	Normas de Auditoria NBC TA 300, 315, 320, 330, 450. (Carga horária: 8h).
2015 - 2015	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, IBRACON, Brasil.
	Avaliação Socioeconômica de Projetos. (Carga horária: 60h).
2015 - 2015	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
	Como publicar no Diário Oficial da FAMEM. (Carga horária: 4h).
2015 - 2015	Federação do Municípios do Estado do Maranhão, FAMEM, Brasil.
	Formação de Instrutores da ENAP. (Carga horária: 35h).
2015 - 2015	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
	Orçamento Público e Suprimento de Fundos. (Carga horária: 60h).
2015 - 2015	Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil.
	Ética no Serviço Público. (Carga horária: 40h).
2014 - 2015	Portal Educação de Campo Grande, PE, Brasil.
	Licitações e Contratos com base no RDC. (Carga horária: 80h).
2014 - 2014	Editora Fórum Ltda, EDFÓRUM, Brasil.
	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. (Carga horária: 40h).
2014 - 2014	Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.
	Fiscalização de Contratos Administrativos. (Carga horária: 24h).
2012 - 2012	Associação Brasileira de Orçamento Público, ABOP, Brasil.
	Simpósio Brasil/França sobre corrupção. (Carga horária: 20h).
2012 - 2012	Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.
	SICONV: do Cadastramento à Prestação de Contas. (Carga horária: 24h).
2012 - 2012	Instituto Certame, ICERTAME, Brasil.
	Gestão e Fiscalização de Obras Públicas. (Carga horária: 24h).
2011 - 2011	Instituto Certame, ICERTAME, Brasil.
	SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal. (Carga horária: 24h).
2010 - 2010	Orzil Consultoria, ORZIL, Brasil.
	Programa de Formação Continuada: Docência Superior. (Carga horária: 16h).
2009 - 2009	Faculdade Estácio de São Luis, ESTÁCIO SÃO LUÍS, Brasil.
	IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 32h).
2009 - 2009	Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.
	II Fórum de Educação do Baixo Parnaíba. Chapadinha. (Carga horária: 40h).
2008 - 2008	Faculdade do Baixo Parnaíba, FAP, Brasil.
	Gestão de Licitações e Contratos Administrativos. (Carga horária: 14h).
2008 - 2008	Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, ISC/TCU, Brasil.
	Atendimento ao Cidadão. (Carga horária: 20h).
2008 - 2008	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
	Aperfeiçoamento em Ouvidorias Públicas. (Carga horária: 20h).
2008 - 2008	Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.
	Formação de Tutores para Cursos On line. (Carga horária: 100h).
2007 - 2007	Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.
	Simples Nacional, ME e EPP. (Carga horária: 2h).
2007 - 2007	Delegacia da Receita Federal em São Luís, DRF/SLZ, Brasil.
	Licitação e Contrato Administrativo. (Carga horária: 16h).
2007 - 2007	Centro Universitário do Maranhão, CEUMA, Brasil.
	Financiamento da Educação: O que muda com o FUNDEB. (Carga horária: 8h).
2007 - 2007	Confederação Nacional dos Municípios, CNM, Brasil.
	Imposto de Renda Pessoa Física - Ano 2007. (Carga horária: 2h).
2007 - 2007	Delegacia da Receita Federal em São Luís, DRF/SLZ, Brasil.
	III Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 24h).
2006 - 2006	Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.
	Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos. (Carga horária: 16h).
2006 - 2006	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
	Análise e Planejamento Financeiro. (Carga horária: 15h).
2006 - 2006	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, Brasil.
	Lei de Responsabilidade Fiscal II. (Carga horária: 26h).
2006 - 2006	Senado Federal: Universidade do Legislativo, UNILEGIS, Brasil.
	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas. (Carga horária: 20h).
2006 - 2006	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
	Formação de tutores: Olho Vivo no Dinheiro Público. (Carga horária: 40h).
2005 - 2005	Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.
	Orçamento Público: Elaboração e Execução. (Carga horária: 35h).
2005 - 2005	Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.
	Lei de Responsabilidade Fiscal I. (Carga horária: 48h).
2005 - 2005	Senado Federal: Universidade do Legislativo, UNILEGIS, Brasil.
	Técnicas de Controle Interno. (Carga horária: 28h).
2005 - 2005	Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.

2005 - 2005	Contabilidade Pública e E. O. F. (Carga horária: 40h).
2005 - 2005	Franco & Fortes Consultoria, Auditoria e Treinamento, FRANCO & FORTES, Brasil.
2005 - 2005	CPR Contas a Pagar e Receber. (Carga horária: 20h).
2005 - 2005	Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, STN/MF, Brasil.
2005 - 2005	SIAFI Execução Orçamentária e Financeira Básico. (Carga horária: 20h).
2005 - 2005	Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, STN/MF, Brasil.
2005 - 2005	1º Congresso Nacional da UNACON. (Carga horária: 23h).
2005 - 2005	União dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, UNACON, Brasil.
2005 - 2005	II Seminário Estadual de Controle Interno e Gestão. (Carga horária: 8h).
2005 - 2005	Controladoria-Geral do Estado do Maranhão, CGE/MA, Brasil.
2005 - 2005	II Jornada Internacional de Políticas Públicas. (Carga horária: 32h).
2005 - 2005	Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.
2005 - 2005	Seminário sobre Educação Fiscal. (Carga horária: 4h).
2005 - 2005	Receita Federal do Brasil, RFB, Brasil.
2004 - 2004	Curso de Formação em Auditoria e Fiscalização. (Carga horária: 246h).
2004 - 2004	Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.
2002 - 2002	ICMS - Ciclo de Estudos. (Carga horária: 8h).
2002 - 2002	'B' Treinamentos, 'B' TREINAMENTOS, Brasil.
1999 - 1999	Sistema Operacional Windows. (Carga horária: 16h).
1999 - 1999	HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Noções de Internet. (Carga horária: 12h).
1999 - 1999	HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Microsoft Word. (Carga horária: 16h).
1999 - 1999	HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Microsoft Power Point. (Carga horária: 16h).
1999 - 1999	HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.
1999 - 1999	Microsoft Access. (Carga horária: 16h).
1999 - 1999	HCG Engenharia de Sistemas, HCG, Brasil.

Atuação Profissional

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Auditor, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC). Atribuições (Lei nº 9.625/1998, art. 22): Planejamento, supervisão, coordenação, orientação e execução (1) das atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, da análise da qualidade do gasto público e da avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização; (2) das atividades relacionadas à prevenção, transparência pública, ouvidoria, correição e apuração de irregularidades na esfera do Poder Executivo Federal; e (3) de outras atividades necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao funcionamento do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU.

Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério do Planejamento, ENAP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Cursos: Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (28h); Elaboração de editais para aquisições no setor público (14h); Elaboração de termos de referência e projetos básicos para contratação de bens e serviços no setor público (14h).

Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda, ESAF/MF, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Instrutor na VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, realizada pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP). São Luís, 27 a 31 de julho de 2009. Curso: Tomada de Contas Especial (8h).

Escola de Governo do Maranhão, EGMA, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Outras informações

Curso: Lei de Responsabilidade Fiscal (20h).

Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, FAMEM, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2015

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Escola de Gestão. Cursos: Licitações e Contratos Administrativos (16h); Licitações e Contratos: aspectos controversos e problemas atuais (8h).

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Pós-graduação em em Auditoria e Perícia Contábil. Disciplina: Introdução a Auditoria (30h).

Universidade Estácio de Sá, UNESA, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Pós-graduação em Contabilidade e Gestão Pública. Disciplina: Sistema de Controle Interno (30h).

Vínculo institucional

2009 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Graduação em Ciências Contábeis. Disciplinas: Auditoria I (72h); Auditoria II (72h); Noções de Atuária (36h).

Vínculo institucional

2009 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Graduação em Administração. Disciplina: Fundamentos da Administração (72h).

Vínculo institucional

2005 - 2005

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Graduação em Ciências Contábeis. Disciplinas: Orçamento Público (60h); Contabilidade Pública (32h); Contabilidade Geral e Custos (72h); e Controle na Administração Pública (60h).

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, UNDB, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2011

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Pós-graduação em Contabilidade Pública - UNDB (Imperatriz). Disciplinas: Contabilidade Pública I (40h); Contabilidade Pública II (40h); e Planejamento, Orçamento e Gestão na Administração Pública (40h).

Faculdade JK Serrana (Sobradinho/DF), FAC_JK, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2015

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor

Pós-Graduação em Contabilidade Pública, Auditoria e Controladoria Governamental (em São Luís/MA). Disciplinas: Auditoria Governamental (20h); Controladoria Governamental (20h); Lei de Responsabilidade Fiscal (20h).

Faculdade Horizonte, IESH, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2017

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor

Pós-Graduação em Contabilidade Pública, Auditoria, Controladoria Governamental e Docência do Ensino Superior (em São Luís/MA). Disciplina: Auditoria Governamental (20h).

Instituto Certame, ICERTAME, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.

Cursos: Controle Interno Municipal (16h); Formação de Gestores Municipais (8h); Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (16h); Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (20h); e Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros (16h, 20h, 24h, 28h, 32 e 40h).

Curso Wellington - Preparatório para Concursos, CURSO WELLINGTON, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2006
Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor.
Disciplina: Administração Orçamentária e Financeira (8h).

Citações, CITAÇÕES, Brasil.

Vínculo institucional
2012 - Atual
Outras informações

Vínculo: Autor, Enquadramento Funcional: Autor citado
Foi citado nos seguintes trabalhos: // IPEA. Nota Técnica DISET nº 49. Recomendações de alteração no texto do PL 1292/1995. Brasília, 2019. // AGU. Desafios jurídicos a la gobernanza global: perspectiva para los próximos siglos. A reforma legislativa da contratação pública brasileira, a globalização e o papel da advocacia pública na efetivação dos direitos fundamentais. Brasília-DF: 2017. 1 citação. // BEDRAN, K. M. Artigo. A Declaração de Istambul e o princípio da participação democrática na gestão urbana. Revista do Mestrado em Dir. Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela ESDHC. Brasília, V7, n2, p. 418, 2013. 1 citação. // GAMA JUNIOR, G. P. da, BOUZADA, M. A. Uma proposta alternativa de distribuição orçamentária para as unidades da UFRJ a partir da comparação dos indicadores de duas universidades federais. XXXVII Encontro da ANPAD. 11/09/2013. 1 citação. // FEDACSE/MS. Humanização Plena: importância do ACS. 05/03/2013. 3 citações. // LIMA, T. D. do N. Dissertação de Mestrado. Democracia e participação no contexto local: análise do Orçamento Participativo de São Luís na Gestão 2009-2012. PGPP/UFMA. 2013. 1 citação. // PANATO, M. A. Monografia de Especialização. OP Municipal e o Desinteresse da População no Exercício Cidadão de Participar. Especialização em Gestão Pública Municipal, UTFPR. 2012. 1 citação. // LUCENA, A. Monografia de Graduação. Orçamento Participativo: um estudo de caso no município de São José de Espinharas-PB. UEPB. 29/06/2012. 7 citações. // SILVA, Enos. Monografia de Graduação. Orçamento Participativo: Razões para o insucesso da implantação na cidade de São Luís. UnB. 14/04/2012. 3 citações. // SILVA, José Kaio da. Monografia de Graduação. Análise do processo de planejamento e execução do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba. UEPB. 18/06/2015. 1 citação.

Áreas de atuação

- | | |
|----|--|
| 1. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública. |
| 2. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Contabilidade Pública. |
| 3. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis/Especialidade: Auditoria Governamental. |
| 4. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis/Especialidade: Orçamento Público. |
| 5. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis/Especialidade: Lei de Responsabilidade Fiscal. |
| 6. | Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Licitações e Contratos Administrativos/Especialidade: Licitações e Contratos Administrativos. |

Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2019	Eleito Servidor Público Padrão da CGU/Regional-MA no ano de 2019, Controladoria-Geral da União. Regional MA.
2018	Vendedor do Prêmio de Excelência CGU 2018, na categoria Agente Público Destaque, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

00003259

Data e Hora da Emissão

17/05/2023 12:40:13

Código de Verificação

F420.84D2.210A.1AA5.2EC4.3D99.F3DC.43BB

CERTIFICADO

1020230092136548



PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS

CPF / CNPJ: 11.669.032/0001-09

Inscrição Municipal: 70853000

Endereço: R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460

Município: SAO LUIS

UF: MA

Email: 88043809

Telefone: (98) 88043809

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

CPF/CNPJ: 04.855.318/0001-05

Inscrição Municipal:

Endereço: AVENIDA BEIRA MAR, 1117, - BAIRRO CENTRO - CEP: 68721000

Município: SALINOPOLIS

UF: PA

Email: salinascamara@hotmail.com

Telefone: (91) 34231374

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição: INSCRIÇÃO NO CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021, A REALIZAR-SE NOS DIAS 22 A 26 DE MAIO DE 2023, EM BELÉM - PA. DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL; AG 4323-0; CC:

18.460-8

***** ATENÇÃO: NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN: *****

FUNDAMENTO:

**01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA. VER (A) LEI COMPLEMENTAR 116/2003, ART 3., CAPUT, ART 4, C/C ANEXO, ITEM 8.02; (B) CÓDIGO CIVIL, ART. 75, IV.

**02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.509/SP. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1020.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	1	3.790,00	3.790,00

PIS (0,0000%):

R\$ 0,00

COFINS (0,0000%):

R\$ 0,00

INSS (0,0000%):

R\$ 0,00

IR (0,0000%):

R\$ 0,00

CSLL (0,0000%):

R\$ 0,00

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 3.790,00

Valor Total Composição:

R\$ 0,00

Valor Total Deduções:

R\$ 0,00

Base Cálculo:

R\$ 3.790,00

Alíquota:

5,00%

Valor ISS:

R\$ 189,50

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: TRIBUTÁVEL S.N.

Mês de

05/2023

Local de Prestação do

BELEM / PA

Recolhimento:

PRÓPRIO

Atividade:

859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Serviço:

0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota

00003321

Data e Hora da Emissão

19/09/2023 16:41:07

Código de Verificação

A87B.6AE3.AE1A.5FA8.45FE.A7C7.0FD2.0DEC

CERTIFICADO

1020230092170877



PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: A B XAVIER TREINAMENTOS

**instituto
CERTAME**

CPF / CNPJ: 11.669.032/0001-09

Inscrição Municipal: 70853000

Endereço: R DOS GUARAS 1 LOJA 01 EDIF FERNANDO DE A.LOPES - BAIRRO PONTA DO FAROL - CEP: 65077460

Município: SAO LUIS

UF: MA

Email: 88043809

Telefone: (98) 88043809

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM -PA

CPF/CNPJ: 05.055.009/0001-13

Inscrição Municipal:

Endereço: PRACA DOM PEDRO II - BAIRRO CENTRO - CEP: 66020240

Município: BELEM

UF: PA

Email: gabpcc@gmail.com

Telefone: (94) 93283471

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição: INSCRIÇÃO NO CURSO DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS E FORMAÇÃO DE PREGOEIROS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 20 A 23 DE NOVEMBRO DE 2023, EM BELÉM PA. DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL; AG 4323-9; CC. 18.460-8.

***** ATENÇÃO: NÃO EFETUAR RETENÇÃO DE ISSQN: *****

FUNDAMENTO:

**01) ISS DEVIDO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR, NO CASO, AO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA. VER (A) LEI COMPLEMENTAR 116/2003, ART 3., CAPUT, ART 4, C/C ANEXO, ITEM 8.02; (B) CÓDIGO CIVIL, ART. 75, IV.

**02) RECURSO EXTRAORDINÁRIO STF 1.167.509/SP. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1020.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	CURSO DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS E FORMAÇÃO DE PREGOEIROS	1	3.790,00	3.790,00

PIS (0,0000%):

R\$ 0,00

COFINS (0,0000%):

R\$ 0,00

INSS (0,0000%):

R\$ 0,00

IR (0,0000%):

R\$ 0,00

CSLL (0,0000%):

R\$ 0,00

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 3.790,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Alíquota:	Valor ISS:
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.790,00	5,00%	R\$ 189,50

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: TRIBUTÁVEL S.N.

Mês de

09/2023

Local de Prestação do: BELEM / PA

Recolhimento: PRÓPRIO

Atividade: 859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

Serviço: 0802 - INSTRUCAO, TREINAMENTO, ORIENTACAO PEDAGOGICA E EDUCACIONAL, AVALIACAO DE CONHECIMENTOS DE